ISSN: 2358-8829

ANTES DA UNIVERSIDADE:
RACISMO AMBIENTAL, RAÇA E GÊNERO

Karine Silva de Paula [1]
Matheus Diniz de Jesus [2]

INTRODUÇÃO

A desigualdade racial no Brasil manifesta-se também na organização do espaço urbano, na distribuição dos serviços públicos e nas condições materiais de vida. A segregação territorial, marcada pelo acesso desigual à moradia, ao saneamento, à saúde, à mobilidade e à educação, evidencia uma dimensão ambiental do racismo, na qual populações racializadas estão mais expostas aos riscos e à precariedade da infraestrutura. Herculano (2001) relaciona a injustiça ambiental à concentração dos danos sobre grupos vulnerabilizados, enquanto Acselrad, Mello e Bezerra (2009) destacam as disputas pelo acesso aos recursos necessários à reprodução da vida. Bullard (2000; 2004) complementa essa perspectiva ao demonstrar como políticas e decisões institucionais podem produzir efeitos ambientais desiguais, mesmo quando não apresentam intenção discriminatória explícita.

No contexto brasileiro, Pacheco (2008) associa o racismo ambiental à expropriação territorial e à negação da cidadania. Essa realidade pode ser observada nas desigualdades de saneamento e infraestrutura urbana. Britto (2017), ao analisarem a segregação socioespacial em São Gonçalo, evidenciam a importância da dimensão territorial no acesso aos serviços, enquanto Jesus (2020) destaca a distribuição racialmente desigual das condições ambientais insalubres relacionadas à insuficiência do saneamento. Nascimento, Azevedo e Almeida (2023) também identificam manifestações do racismo ambiental em conflitos territoriais, exposição a riscos e violações de direitos de comunidades racializadas e tradicionais.

[1] Graduada pelo Curso de Engenharia Ambiental do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA, karinesilvadepaula@gmail.com;
[2] Mestrando do Curso de Metrologia e Qualidade do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, matheus.diniz@discentes.fat.uerj.br.

ISSN: 2358-8829

Essas desigualdades ultrapassam os efeitos sobre a saúde e a qualidade de vida, alcançando as oportunidades educacionais. O acesso e a permanência no ensino superior dependem de condições materiais como transporte, moradia, segurança alimentar, saneamento e estabilidade econômica. Pinheiro *et al*. (2006) demonstram que as desigualdades de acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho estão relacionadas às condições de raça, renda e território. Nessa perspectiva, a precarização territorial pode constituir uma barreira anterior à experiência universitária, pois a necessidade de garantir a subsistência e conciliar extensas jornadas de trabalho com os estudos reduz os recursos disponíveis para a formação. A discussão de Werner e Ayalla (2011) sobre o dano ao projeto de vida contribui para compreender como a violação de direitos pode restringir oportunidades de desenvolvimento individual e mobilidade social.

A situação apresenta particularidades para as mulheres negras, cuja trajetória é atravessada pela articulação entre raça, gênero e classe. Santos (2021) destaca os processos de exclusão, violência e discriminação relacionados à organização patriarcal e racializada da sociedade. A precariedade dos serviços públicos e a distribuição desigual das responsabilidades de cuidado podem ampliar os obstáculos à formação e à inserção profissional. Feijó (2021) discute a convergência das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho, enquanto Lima (1980), ao abordar a segmentação ocupacional, permite compreender que a escolarização não assegura oportunidades iguais de remuneração, estabilidade e progressão. No campo da engenharia, Almeida (2023) evidencia barreiras enfrentadas por mulheres negras no acesso, reconhecimento e desenvolvimento profissional. O conceito de Leaky Pipeline auxilia na descrição da redução da participação feminina ao longo da formação e da carreira, mas precisa ser associado às condições materiais e históricas que antecedem a universidade e o ambiente profissional.

A sustentabilidade também deve incorporar a justiça ambiental e a redução das desigualdades sociais. Freitas (2016) compreende a sustentabilidade como princípio relacionado ao direito, ao futuro e à integração das dimensões ambiental, social e econômica. Gomes (2023) destaca a necessidade de articular ações afirmativas e políticas de educação ambiental, saneamento, saúde e transporte no enfrentamento do racismo ambiental. Na mesma direção, a Agenda 2030 reúne objetivos relacionados à educação, à igualdade de gênero, ao saneamento e à redução das desigualdades, embora

ISSN: 2358-8829

sua efetivação dependa da implementação das políticas e da participação das populações afetadas.

Os indicadores do DIEESE (2025) reforçam a permanência dessas desigualdades: no segundo trimestre de 2025, a desocupação das mulheres negras alcançou 8,0%, 39% das trabalhadoras negras estavam na informalidade e seu rendimento médio era 53% inferior ao dos homens brancos. Mesmo entre trabalhadores com ensino superior completo, a diferença anual de rendimentos chegava a aproximadamente R$58 mil em desfavor das mulheres negras. Esses dados demonstram que a escolarização, embora importante para a mobilidade social, não elimina as desigualdades raciais e de gênero.

Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder: de que maneira o racismo ambiental e as desigualdades territoriais condicionam o acesso, a permanência e as trajetórias educacionais da população negra brasileira, especialmente das mulheres negras? O objetivo geral é analisar como essas desigualdades repercutem nas oportunidades educacionais, considerando suas relações com as condições materiais de vida e as trajetórias ocupacionais e sociais. Especificamente, busca-se discutir a relação entre racismo ambiental, segregação socioespacial e infraestrutura; examinar as barreiras territoriais ao ingresso e à permanência no ensino superior; analisar a articulação entre raça e gênero; e relacionar indicadores socioeconômicos e educacionais à reprodução dessas desigualdades. Para isso, desenvolve-se a presente pesquisa exploratória, de abordagem quali-quantitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de indicadores socioeconômicos e educacionais.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem quali-quantitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental de indicadores socioeconômicos e educacionais. Essa combinação metodológica permite examinar o racismo ambiental e seus efeitos sobre as trajetórias educacionais da população negra brasileira a partir de duas dimensões complementares: a discussão teórica das desigualdades raciais, ambientais, territoriais e de gênero e a análise de dados que expressam parte dessas desigualdades na realidade social.

ISSN: 2358-8829

A revisão bibliográfica fundamenta-se em estudos sobre racismo ambiental, justiça ambiental, segregação socioespacial, desigualdade racial, relações de gênero, educação e mercado de trabalho. Foram consideradas as contribuições dos autores mobilizados ao longo do estudo, buscando identificar aproximações entre as condições territoriais de existência e as oportunidades de acesso, permanência e desenvolvimento educacional. Também foram examinadas discussões sobre a inserção profissional das mulheres negras, de modo a compreender como as desigualdades podem persistir mesmo após a conclusão do ensino superior.

A análise documental utiliza indicadores socioeconômicos e educacionais produzidos por instituições e estudos de referência, com destaque para os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e as informações relacionadas ao Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados são mobilizados para contextualizar as desigualdades de renda, desocupação e informalidade, bem como as diferenças relacionadas às condições de infraestrutura e saneamento. A utilização dos indicadores considera suas definições e recortes específicos, evitando comparações entre informações que possuam metodologias ou universos de análise distintos.

A abordagem qualitativa consiste na interpretação das relações entre racismo ambiental, segregação territorial, condições materiais de vida e trajetórias educacionais, considerando também a articulação entre raça, gênero e classe. A dimensão quantitativa, por sua vez, é empregada de forma descritiva, por meio da apresentação e interpretação dos indicadores selecionados, sem pretensão de estabelecer relações causais ou generalizações estatísticas que ultrapassem os limites das fontes consultadas.

A análise foi organizada em torno de três eixos articulados: a distribuição desigual da infraestrutura e dos serviços públicos nos territórios; os efeitos das condições socioambientais sobre as possibilidades de ingresso e permanência no ensino superior; e a repercussão das desigualdades raciais e de gênero nas trajetórias ocupacionais e sociais das mulheres negras. Essa organização permite relacionar as evidências bibliográficas e documentais ao problema de pesquisa e aos objetivos estabelecidos.

Por fim, os resultados são apresentados como uma análise das relações e dos condicionantes estruturais identificados na literatura e nos documentos examinados,

ISSN: 2358-8829

contribuindo para compreender como as desigualdades socioambientais podem participar da reprodução das desigualdades educacionais e profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental evidencia que a distribuição da infraestrutura urbana constitui uma dimensão importante para compreender a reprodução das desigualdades raciais no Brasil. O acesso ao saneamento, à moradia adequada, à mobilidade e aos serviços públicos não ocorre de maneira uniforme entre os territórios. As diferenças de infraestrutura interferem nas condições de saúde, segurança e qualidade de vida, além de produzirem efeitos sobre o tempo e os recursos disponíveis para o desenvolvimento de atividades educacionais e profissionais.

O estudo de Britto (2017), ao abordar a segregação socioespacial no município de São Gonçalo a partir do acesso ao saneamento básico, demonstra a importância de observar as desigualdades de infraestrutura em escala territorial. Essa perspectiva permite compreender que a precariedade dos serviços não deve ser analisada apenas como uma deficiência técnica de determinada localidade, mas como parte de uma organização urbana que distribui desigualmente os recursos e as condições de habitabilidade. A contribuição de Jesus (2020) amplia essa interpretação ao destacar a dimensão racial da desigualdade no saneamento e o perfil dos grupos mais vulneráveis às condições ambientais insalubres.

Mais do que a existência isolada de déficits de infraestrutura, interessa compreender os efeitos cumulativos que eles podem produzir. Neste contexto, a ausência de saneamento e a precariedade habitacional podem comprometer a saúde e a rotina doméstica; a insuficiência de transporte pode ampliar os custos e o tempo de deslocamento; e a exposição a áreas de risco pode produzir insegurança e instabilidade. Quando esses fatores se concentram em territórios racializados, as desigualdades ambientais também interferem nas oportunidades de acesso à educação e ao trabalho.

A análise permite sustentar que o território não é apenas o espaço físico onde as desigualdades se manifestam. Ele participa da produção dessas desigualdades, na medida em que condiciona o acesso aos serviços, aos equipamentos públicos e às oportunidades sociais. Assim, o racismo ambiental deve ser considerado também em

ISSN: 2358-8829

suas consequências educacionais, pois as condições materiais de existência influenciam a possibilidade de construir e manter uma trajetória de formação.

A relação entre racismo ambiental e educação superior pode ser compreendida a partir dos obstáculos que antecedem o ingresso nas instituições de ensino. O acesso à universidade pressupõe condições de disponibilidade de tempo, recursos financeiros, mobilidade e estabilidade pessoal. Quando essas condições são comprometidas pela precariedade territorial e socioeconômica, o processo de formação passa a exigir esforços adicionais dos indivíduos que vivenciam essas desigualdades.

A necessidade de priorizar a subsistência constitui um dos aspectos centrais dessa relação. Para indivíduos submetidos à instabilidade de renda, à informalidade e à ausência de serviços públicos adequados, a dedicação prolongada aos estudos pode representar uma dificuldade concreta. A necessidade de trabalhar, contribuir com a renda familiar ou assumir responsabilidades domésticas pode reduzir o tempo disponível para atividades acadêmicas e comprometer a continuidade da formação.

Essa realidade não significa que a população residente em territórios periféricos esteja naturalmente afastada da educação superior. Significa, antes, que as oportunidades não são distribuídas em condições equivalentes. A existência de vagas e processos seletivos formalmente iguais não elimina as diferenças de acesso aos recursos necessários para concorrer, frequentar e concluir um curso. A desigualdade territorial, portanto, precisa ser incorporada ao debate sobre democratização do ensino superior.

A contribuição de Werner e Ayalla (2011), ao discutirem o dano ao projeto de vida, permite compreender os efeitos de longo prazo dessas restrições. Quando a precariedade das condições de existência reduz oportunidades de desenvolvimento e impede a realização de projetos pessoais, seus efeitos ultrapassam a privação material imediata. No campo educacional, isso pode significar a interrupção de uma trajetória, o adiamento do ingresso na universidade ou a impossibilidade de aproveitar plenamente as oportunidades de formação.

Os resultados também permitem problematizar políticas educacionais que se concentram exclusivamente no ingresso. A ampliação das vagas e a adoção de ações afirmativas são medidas fundamentais, mas precisam ser acompanhadas de condições de permanência. Auxílio financeiro, alimentação, moradia estudantil, transporte, apoio pedagógico e políticas de acolhimento são dimensões relevantes para reduzir obstáculos materiais e institucionais. Quando articuladas a políticas territoriais de saneamento,

ISSN: 2358-8829

mobilidade e habitação, essas medidas podem enfrentar parte das condições que antecedem e atravessam a experiência universitária.

As condições descritas tornam-se ainda mais complexas quando observadas a partir da experiência das mulheres negras. A desigualdade territorial se articula às responsabilidades de cuidado, à divisão sexual do trabalho e às formas racializadas de inserção ocupacional. Dessa maneira, os obstáculos ao ingresso e à permanência no ensino superior não podem ser analisados sem considerar as condições específicas que afetam esse grupo.

Os indicadores do DIEESE (2025) reforçam a persistência dessas desigualdades no mercado de trabalho. No segundo trimestre de 2025, a taxa de desocupação das mulheres negras foi de 8,0%, e 39% das trabalhadoras negras estavam na informalidade. O rendimento médio desse grupo era 53% inferior ao dos homens brancos. Esses dados evidenciam a maior exposição das mulheres negras à instabilidade ocupacional e à desigualdade de remuneração, fatores que podem limitar a disponibilidade de recursos para ingresso e permanência na educação superior.

A disparidade de rendimentos permanece mesmo quando se considera a escolaridade. Entre os trabalhadores com ensino superior completo, a diferença média anual de rendimentos alcançava aproximadamente R$ 58 mil em desfavor das mulheres negras, segundo o DIEESE (2025). Esse dado é particularmente relevante para a discussão proposta, pois demonstra que a obtenção de um diploma não elimina automaticamente as desigualdades raciais e de gênero presentes no mercado de trabalho. A educação amplia possibilidades, mas seus resultados são condicionados por estruturas ocupacionais que distribuem de maneira desigual as oportunidades de remuneração e progressão.

A análise de Feijó (2021) contribui para compreender como raça e gênero se articulam na inserção das mulheres negras no mercado formal. Almeida (2023), ao examinar a trajetória de mulheres negras na engenharia brasileira, amplia a discussão para ocupações de maior qualificação, nas quais a presença dessas mulheres também precisa ser analisada em relação às barreiras de reconhecimento e ascensão profissional. Essas contribuições demonstram que a desigualdade não termina com o ingresso no ensino superior: ela pode continuar presente nos processos de contratação, remuneração, reconhecimento e progressão na carreira.

ISSN: 2358-8829

Nesse contexto, o conceito de Leaky Pipeline pode ser utilizado para descrever a perda de participação de mulheres negras ao longo das etapas de formação e inserção profissional. Entretanto, a perda de participação não deve ser atribuída apenas a dificuldades internas às instituições de ensino ou às organizações empregadoras. Ela também pode estar relacionada a desigualdades anteriores, como a precariedade territorial, a necessidade de trabalhar durante a formação, a ausência de redes de apoio e a distribuição desigual das responsabilidades familiares.

O percurso educacional e profissional das mulheres negras deve, portanto, ser compreendido como uma trajetória atravessada por condicionantes que se acumulam. A precariedade territorial pode restringir o acesso a oportunidades de formação; as dificuldades econômicas podem comprometer a permanência; e as desigualdades do mercado de trabalho podem limitar os resultados profissionais mesmo após a conclusão do curso superior. Essa interpretação permite relacionar a sub-representação à organização mais ampla das oportunidades sociais.

Os resultados apontam que o enfrentamento do racismo ambiental exige políticas públicas capazes de articular a dimensão ambiental às condições sociais e econômicas da população. A universalização do saneamento, a melhoria das condições de moradia, a mobilidade urbana e a proteção de territórios vulnerabilizados não são apenas medidas de infraestrutura: constituem ações relacionadas à garantia de direitos e à ampliação das oportunidades de desenvolvimento.

Gomes (2023) destaca a necessidade de incorporar ações afirmativas e políticas de educação ambiental, saneamento, saúde e transporte às estratégias de enfrentamento do racismo ambiental. Essa abordagem evidencia que a superação das desigualdades não depende de iniciativas isoladas. A articulação entre políticas setoriais permite considerar os diferentes fatores que condicionam a qualidade de vida e o acesso aos direitos.

A perspectiva de sustentabilidade apresentada por Freitas (2016) também contribui para essa interpretação, uma vez que relaciona a proteção ambiental à responsabilidade com as condições de vida das gerações presentes e futuras. Não é possível considerar sustentável um modelo de desenvolvimento que concentra benefícios em determinados territórios e transfere os custos ambientais e sociais para populações historicamente vulnerabilizadas.

ISSN: 2358-8829

No campo educacional, essa articulação significa reconhecer que políticas de acesso e permanência no ensino superior precisam dialogar com políticas de justiça ambiental e redução das desigualdades territoriais. Ações afirmativas e programas de assistência estudantil são fundamentais, mas seus efeitos podem ser limitados quando os estudantes continuam submetidos a condições de moradia precária, insegurança alimentar, dificuldades de mobilidade e necessidade de trabalhar em jornadas incompatíveis com a formação acadêmica.

Também é necessário ampliar a participação das populações afetadas nos processos de planejamento e tomada de decisão. O enfrentamento das injustiças ambientais exige que as comunidades tenham condições de apresentar suas demandas e participar da definição das políticas que incidem sobre seus territórios. Essa participação contribui para que as ações públicas considerem as necessidades concretas da população, evitando que a formulação de políticas seja orientada exclusivamente por critérios técnicos ou econômicos desvinculados da realidade social.

Dessa forma, a análise demonstra que a democratização do ensino superior e o enfrentamento do racismo ambiental são agendas interdependentes. A primeira não pode ser plenamente efetivada sem considerar as condições territoriais que condicionam o acesso e a permanência; a segunda precisa reconhecer que a distribuição desigual da infraestrutura também compromete as oportunidades educacionais e profissionais. A justiça ambiental constitui, nesse sentido, uma dimensão necessária para a construção de políticas de equidade racial e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite compreender que o racismo ambiental ultrapassa a distribuição desigual dos riscos e dos danos ambientais, alcançando as condições materiais que estruturam as oportunidades sociais. A precariedade da infraestrutura urbana, a insuficiência dos serviços públicos e a segregação territorial interferem na qualidade de vida da população negra e podem produzir obstáculos anteriores ao ingresso no ensino superior, com repercussões sobre a permanência e a conclusão da formação.

Em resposta ao problema de pesquisa, observa-se que as desigualdades socioambientais e territoriais condicionam as trajetórias educacionais ao restringirem o

ISSN: 2358-8829

acesso a recursos e serviços necessários à formação. A disponibilidade de tempo, recursos financeiros, mobilidade, moradia adequada e serviços públicos influenciam as possibilidades concretas de ingresso e continuidade dos estudos. Assim, a permanência universitária não deve ser compreendida apenas como resultado do esforço individual, mas como uma dimensão relacionada às condições sociais e territoriais em que os estudantes vivem.

No caso das mulheres negras, essas desigualdades adquirem maior complexidade em razão da articulação entre racismo, gênero e classe. As responsabilidades de cuidado, a inserção ocupacional precária e as disparidades de remuneração podem restringir as oportunidades de formação e progressão profissional. Os dados do DIEESE (2025) demonstram que essas desigualdades permanecem expressivas no mercado de trabalho, inclusive entre pessoas com ensino superior completo, indicando que a escolarização, embora indispensável, não é suficiente para eliminar os efeitos das estruturas raciais e de gênero.

A discussão também demonstra que a sub-representação da população negra, especialmente das mulheres negras, não pode ser explicada exclusivamente por barreiras presentes nas instituições de ensino ou nos ambientes profissionais. É necessário considerar os processos anteriores que condicionam o acesso às oportunidades, entre eles a distribuição desigual da infraestrutura urbana, a precarização das condições de moradia e a necessidade de priorização da subsistência. O conceito de Leaky Pipeline contribui para descrever a perda de participação ao longo das trajetórias acadêmicas e profissionais, mas sua compreensão depende da análise dos condicionantes territoriais e sociais que produzem essas desigualdades.

Conclui-se que o enfrentamento da sub-representação exige políticas públicas integradas, capazes de articular ações afirmativas, assistência estudantil, melhoria da infraestrutura urbana, universalização do saneamento, mobilidade, saúde e condições dignas de moradia. Essas medidas precisam considerar as especificidades das mulheres negras e reconhecer que a democratização do ensino superior depende também da redução das desigualdades que antecedem a experiência universitária.

Por fim, a justiça ambiental deve ser compreendida como parte constitutiva das políticas de equidade educacional e social. Não basta ampliar formalmente o acesso à universidade se as condições materiais de existência continuam distribuídas de maneira desigual. A construção de oportunidades efetivamente equitativas requer enfrentar as

estruturas raciais e de gênero que organizam o território, o trabalho e o acesso aos direitos, reconhecendo que educação, sustentabilidade e qualidade de vida são dimensões inseparáveis de uma sociedade socialmente justa.

Palavras-chave: Racismo Ambiental; Raça; Gênero

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, Osiris Barboza de. **A senzala, o lar e a trena: uma pesquisa acerca da trajetória da mulher negra na engenharia brasileira**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Fundação Perseu Abramo, 2023.

BULLARD, Robert D. **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. Boulder, CO: Westview Press, 2000.

BULLARD, Robert D. **Enfrentando o racismo ambiental no século XXI**. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRITTO, Ana Lucia. **A segregação socioespacial no município de São Gonçalo, RJ: uma análise a partir do acesso ao saneamento básico.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17., 2017, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUR, 2017.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Mulheres negras acumulam funções e discriminações no trabalho**. 2025. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/consciencianegra.html. Acesso em: 07 nov. 2026.

FEIJÓ, Janaína. **A mulher negra no mercado de trabalho**. 2021. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/mulher-negra-no-mercado-de-trabalho. Acesso em: 07 nov. 2026.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GOMES, César de Oliveira. **O racismo ambiental como limite de acesso às políticas de sustentabilidade.** Revista de Direito Socioambiental – REDIS, Goiás, n. 1, p. 96-119, 2023.

HERCULANO, Selene. **Justiça ambiental: de Love Canal à Cidade dos Meninos, em uma perspectiva comparada.** In: MELLO, Marcelo Pereira de (org.). Justiça e sociedade: temas e perspectivas. São Paulo: LTr, 2001. p. 215-238.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JESUS, V. de. **Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental.** Saúde e Sociedade, v. 29, n. 2, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519.

LIMA, R. **Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação.** Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, n. 10, p. 217-272, abr. 1980.

NASCIMENTO, Karina Leonardo de; AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de; ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira. **As múltiplas faces do racismo ambiental no Brasil: uma visão sistemática.** Revista Observatório de la Economía Latinoamericana, Curitiba, v. 21, n. 6, p. 5072-5089, 2023.

PACHECO, Tania. **Racismo ambiental: expropriação do território e negação da cidadania.** In: Racismo ambiental: um conceito para além das fronteiras. Rio de Janeiro: FASE; Rel-UITA, 2008.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PRATA, Ana Carolina; SOARES, Vera. **Retrato das desigualdades**. 2. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2006.

SANTOS, José Adailton Sousa dos. **Mulheres negras e trabalho doméstico: racismo e desigualdades na pandemia do Covid-19.** O Público e o Privado, Fortaleza, v. 19, n. 40, set./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.52521/19.7344.

WERNER, Eveline de Magalhães; AYALLA, Patryck de Araújo. **O estado socioambiental e o dever de proteção de projetos de vida sustentáveis.** Revista Direito Ambiental e Sociedade, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 211-228, jul./dez. 2011.